

ENSINO

ALFABETIZAÇÃO EM DEBATE

Cecília Goulart

Professora da Faculdade de Educação da UFF

A discussão sobre alfabetização na imprensa apresenta um sofisma: “Os professores têm fracassado em alfabetizar. Os professores utilizam propostas construtivistas. Logo, precisam adotar o método fônico priorizado em países desenvolvidos”. As duas premissas não são verdadeiras: os professores têm tido historicamente dificuldades para alfabetizar as classes populares. Tal realidade está ligada à necessidade de superação de desequilíbrios sociais vários, inclusive o da distribuição de bens culturais, como a escrita. Múltiplos aspectos da alfabetização vêm sendo continuamente discutidos e não se pode dizer que haja uma prática alfabetizadora hegemônica no país. Por fim, a conclusão é enganosa: nos EUA, França e Inglaterra, e em outros países, a questão dos métodos está longe de ser consensual.

O enfrentamento responsável do problema requer a ultrapassagem da polarização entre a visão construtivista da alfabetização e o método fônico. A tensão está em diferentes concepções de alfabetização. Durante décadas, grande parte da população vem sendo excluída da vida letrada: só aprendem a decifrar palavras e frases simples. Como alfabetizar para a entrada no mundo letrado, com acesso a jornais, livros, cinemas, museus? A pesquisa acadêmica na área é significativa e revela a complexidade da aprendizagem da escrita. No debate, há interesses comerciais em jogo: editores se ressentem da queda na venda de certas cartilhas.

Há palavras que valem mais que mil provocações: ética e respeito, considerando os professores - seu direito ao conhecimento e ao debate, a autonomia para definir como devem alfabetizar e as condições político-sociais em que atuam. Não há mágica. Os métodos? São muitos.

Texto publicado no jornal *O Dia*, de 3/3/2006, e cedido pela autora para reprodução no Boletim ADCPII

FILOSOFIA E SOCIOLOGIA OBRIGATÓRIAS NO ENSINO MÉDIO

Reivindicada desde 1998, a inclusão obrigatória de Filosofia e de Sociologia como disciplinas no Ensino Médio foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, em parecer datado de 7 de julho.

O conselheiro César Callegari, relator do parecer, pondera que serão amplas as consequências da medida: “vai ser preciso contratar professores, readequar currículos, formular material didático, determinar o programa das matérias e criar programas para a capacitação de professores, pois muitos dos licenciandos não vinham trabalhando na área, já que as matérias estavam fora do currículo.”

A medida suscitou crítica em alguns setores, como o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo. Seu presidente, José Augusto de Mattos Lourenço, afirma: “a inclusão dessas novas disciplinas é totalmente absurda. (...) Se for para aumentar a quantidade de aulas, com certeza isso terá reflexo no valor da anuidade.” Mas outros setores se posicionaram favoravelmente, como o Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo, pelo fato de a medida reforçar um ensino humanista.

Depois da homologação do parecer pelo MEC (que deverá ocorrer nos próximos dias), as escolas terão o prazo de um ano para ajustar sua grade curricular.

Fonte: Folha de São Paulo, 8/7/2006

